



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Título:

1.1. Este Termo de Referência, documento obrigatório, para subsidiar a **contratação de empresa especializada na manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos médicos-odontológicos com a reposição de peças genuínas no gabinete médico-odontológico, pelo menor preço por valor global, com o objetivo de assinatura de contrato de prestação de serviço com apenas uma empresa**, para o Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus Centro, ora denominado IFAM/CMC.

2. Justificativa:

2.1. A Contratação **empresa especializada na manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos médicos-odontológicos com a reposição de peças, no gabinete médico-odontológico**, justifica-se pela necessidade de reparos, de vital importância, para que não haja descontinuidade no atendimento aos usuários dos serviços prestados pelo gabinete médico-odontológico deste Instituto Federal do Amazonas - Campus Manaus Centro;

2.2. Embora os equipamentos sejam de marcas diferentes, a prestação dos serviços de conserto e manutenção deverá ser feita por uma única empresa a fim de se estabelecer melhor controle, no que diz respeito a fiscalização da qualidade dos serviços executados e minimizar o fluxo de entrada/saída de técnicos nos consultórios médico-odontológicos, área onde é necessário um controle rigoroso quanto a circulação de pessoas, no que diz respeito a assepsia;

2.3. A Administração considera que o item enquadram-se na classificação de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/02, Artigo 3º, inciso I ao III, Decreto 3.555/00, Artigo 8º, inciso II, Decreto nº 5.450/05, Artigo 9º, inciso I e § 2º, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Lei nº 8.666/93, Artigo nº 6º, inciso IX por analogia, sendo possível estabelecer o padrão que se pretende de forma objetiva por meio das especificações usualmente empregadas por fornecedores do ramo, daí propor-se a realização da Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico, o qual visa contribuir para ampliar a competitividade;

2.4. As quantidades e os valores apresentados no “Encarte A”, são meramente referenciais e têm a única finalidade de subsidiar as licitantes a elaborarem suas propostas, não importando, em nenhuma hipótese, em compromisso do IFAM/CMC, de atendimento de tais quantidades e valores no período de contratação.

3. Objetos Complexos (Art. 40 da Lei 8.666/93 § 2º - II)

3.1. Objeto complexo é aquele que envolve inúmeros elementos na sua caracterização, ou seja, uma planilha com vários itens exigindo, por isso, o detalhamento de seus componentes, parte integrante do Edital;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

3.2. Quando a Administração Pública pretende licitar objetos **complexos**, tem o dever de detalhar em planilhas as quantidades e os custos unitários dos insumos envolvidos, indicando o valor estimado da contratação. A Lei de Licitações obriga a inclusão dessas planilhas como anexo do Edital (Art. 40, § 2º, inciso II), como complemento do instrumento convocatório, conforme Encarte “A”.

3.3. O objeto da presente licitação trata-se de serviço comuns à luz insertas no **parágrafo único**. Consideram-se serviços comuns, para fins e efeito deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado do ramo.

4. Da vistoria e descrição Detalhada do Objeto e Planilha Estimativa:

4.1. A licitante poderá realizar vistoria nos equipamentos médico-odontológicos para perfeito conhecimento do objeto a ser licitado, inclusive quanto a especificações dos materiais e serviços a serem contratados, avaliando o estado dos equipamentos, de modo a não incorrer em falhas ou omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços;

4.1. A descrição encontra-se no Encarte “A” deste Termo de Referência;

4.2. Havendo incompatibilidade entre as especificações dos itens lançados no Termo de Referência e os itens do Comprasnet, prevalecerá os constantes neste Termo de Referência;

5. Critérios de Aceitação do Objeto:

5.1. Nos preços ofertados, além de estar compatível com o de mercado, deverão estar inclusos todos os custos necessários, tais como: acessórios de instalação, impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item;

5.2. O fornecedor deverá estar legalmente estabelecido e explorar ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;

5.3. Os serviços ofertados deverão observar as normas técnicas aplicáveis, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150/62;

5.4. Os serviços deverão estar em acordo com os normativos de segurança atualmente em vigor exigidos para a finalidade a que se destinam;

5.5. Os equipamentos e materiais utilizados na execução do serviço regulamentados por agências reguladoras (ANATEL, ANA, ANTAQ, ANVISA, ANEL ou outra qualquer), deverão estar em conformidade com as resoluções e com a legislação vigente;

5.6. Os serviços deverão ter a garantia mínima de 12(doze) meses, ofertadas pelo vencedor do certame;

5.7. Critérios adicionais estarão descritos no Edital e seus anexos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

5.8. No que couber, o contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico.

6. Dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva

6.1. Os serviços deverão seguir as seguintes orientações:

6.1.1. Os serviços de manutenção preventiva deverão ter periodicidade conforme solicitação da Coordenação do Gabinete médico-odontológico, preferencialmente **MENSAL** e serão executados em dias úteis, sendo que a Coordenação do Gabinete médico-odontológico, deverá apresentar a empresa prestadora do serviço o cronograma a ser seguido;

6.1.2. Considera-se manutenção preventiva, entre outros, os serviços de revisão geral, fixação e troca de parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação, fusíveis, garrafas externa de reservatório de água dos equipamentos e mangueiras, correção de vazamento de ar e água, limpeza, testes, recarga, calibração e lubrificação com a finalidade de evitar a ocorrência de defeitos e acidentes, bem como para garantir o perfeito e ininterrupto funcionamento dos equipamentos;

6.1.3. A contratada deverá substituir peças dos equipamentos sempre que verificada sua necessidade, em função do desgaste natural decorrente da utilização, por outra de configuração idêntica ou superior, originais e novas, na forma descrita no Encarte "A";

6.1.4. Compreende-se como manutenção corretiva, os serviços de reparos para eliminar defeitos técnicos e/ou decorrentes de uso normal, incluída a substituição de peças gastas ou irreparáveis porventura necessárias, não mencionadas no Encarte "A", visando estabelecer o perfeito, ininterrupto e regular funcionamento dos equipamentos;

6.1.5. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados sempre que houver necessidade, mediante apresentação de relatório em que constem as peças a serem substituídas, para permitir a correção de defeitos ou falhas em qualquer item/unidade dos equipamentos;

6.1.6. A contratada deverá substituir peças dos equipamentos sempre que verificada sua necessidade, por outra de configuração idêntica ou superior, originais e novas. Caso haja necessidade de substituição de peças, essa será reposta após aprovação da Coordenação do Gabinete médico-odontológico, ficando a CONTRATANTE incumbida, necessariamente, de fornecer o material em questão.

7. Do Atendimento

7.1. O atendimento para manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos médico-odontológicos, objeto desta licitação, deverá ocorrer de forma contínua e ininterrupta, a contar do recebimento da Nota de Empenho, devidamente autorizado, devendo a contratada prestar os serviços quando da solicitação da Coordenação do Gabinete médico-odontológico, no local onde se encontram instalados os equipamentos;

7.2. A contratada deverá sanar o defeito causador da paralização do aparelho, bem como os defeitos intermitentes que estejam causando perturbações equivalentes à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

paralisação, em 24 (vinte e quatro) horas, salvo se necessária a aquisição de peças em outras localidades da realização dos serviços.

8. Do Atendimento Técnico

8.1. A contratada deverá encaminhar, mensalmente, a Coordenação do Gabinete médico-odontológico, relatório técnico de todos os bens patrimoniais atendidos no período, no qual deverá constar a descrição do defeito apresentado, as peças substituídas, quando for o caso, bem como o tipo do bem, número de patrimônio e data do reparo tanto dos serviços quanto das peças substituídas.

9. Do Prazo Contratual E da Documentação Regulamentar

9.1. O contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão legal na Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores;

9.2. A execução do objeto contratual, mediante licitação, fundamentada na Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, obedecerá o constante neste Termo de Referência, Edital Convocatório e do respectivo Contrato, atendendo princípios legais, além das obrigações assumidas na proposta de preços firmada pela contratada e dirigida ao IFAM/CMC.

10. Obrigações da Contratada:

10.1. A Contratada obriga-se a:

10.1.1. Efetuar a entrega dos serviços no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes no Edital e seus anexos e na proposta, com a alocação dos servidores necessários ao perfeito cumprimento das exigências legais;

10.1.2. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os objetos do presente Termo de Referência, e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento;

10.1.3. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que os seus servidores utilizem Equipamentos de Proteção Individual adequado quando da entrega do objeto deste Termo de Referência;

10.1.4. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à contratante ou a terceiros, por seus servidores, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

10.1.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.6. Manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2. Na contratação do objeto, serão deveres da Contratada as seguintes exigências:

10.2.1. Fornecer todo e qualquer material, seja acessório/equipamento/ferramenta, necessário ao funcionamento dos equipamentos, dentro das especificações contratadas e observando todas as normas técnicas e legislações aplicáveis;

10.2.2. A contratada deverá cumprir toda legislação profissional vigente;

10.2.3. Os serviços a serem executados, nas respectivas quantidades deverão apresentar as especificações requeridas neste Termo de Referência.

11. Deveres do contratante:

11.1 A Contratante obriga-se a:

a. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Termo de Referência;

b. Permitir o acesso dos servidores da CONTRATADA às suas dependências para entrega dos serviços;

c. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos servidores da CONTRATADA ou por seu preposto;

d. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências legais;

e. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do objeto, aplicando as sanções cabíveis, previstas no edital e seus anexos;

f. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o objeto deste Termo de Referência.

12. Sanções:

12.1 Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

12.1.1 Inexecutar total ou parcial o objeto deste Termo de Referência;

12.1.2 Apresentar documentação falsa;

12.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.4 Cometer fraude fiscal;

12.1.5 Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços;

12.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Para os fins do item **12.1.1**, será aplicada multa nas seguintes condições:

b.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total empenhado por cada hora de atraso na execução do serviço, até no máximo de 15% (quinze por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.3. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total empenhado pelo fornecimento de produtos inadequados;

b.4. Multa compensatória de até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor empenhado no caso de inexecução parcial do contrato ou de descumprimento de obrigação avençada;

b.5. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor empenhado no caso de inexecução total do contrato;

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Instituto Federal do Amazonas, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU;

d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

12.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

12.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao fornecedor

12.5. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

12.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao IFAM/CMC, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

12.7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

12.7.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

12.7.2. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

12.7.3. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

12.7.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

12.7.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

12.7.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

12.7.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (DEZ) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

12.7.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

12.7.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. Da Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes desta licitação, estão devidamente inclusas no Plano de Desenvolvimento Anual/2017, do IFAM/CMC, e correrão por conta da Fonte: 112, Natureza de Despesa: 33.90.39.17

Manaus, 13 de fevereiro de 2017.

Osmar Renato Rodrigues Netto
Coordenador de Compras e Serviços/IFAM/CMC



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

14. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

À Diretoria de Administração e
Planejamento do CMC/IFAM:

De acordo e aprovo:

Jarder Allyson Ferreira da Silva
Diretor de Administração e Planejamento
do Campus Manaus Centro do IFAM

**Maria Stela de Vasconcelos Nunes de
Mello** Diretora Geral do Campus Manaus
Centro do IFAM.

Em: / / 2017

Em: / / 2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

Encarte “A” do Termo de Referência

Item	Discriminação	Unid.	Quant.	Valor Unitário R\$	Total R\$
001	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses no aparelho ultrassom e jato de bicarbonato marca Jet-Sonic da Gnatus.	und	02		
002	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses no sugador acoplado na cadeira odontológica da marca Dentemed.	und	04		
003	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses no aparelho de Raio X odontológico da marca X-Dent X70.	und	02		
004	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses na cadeira odontológica da marca Dentemed.	und	04		
005	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses na caneta de baixa rotação da marca Dabi Atlante//Ruca/Calu.	und	02		
006	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses na caneta de alta rotação da marca Dabi Atlante//Ruca/Calu.	und	02		
007	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses da autoclave odontológica 127 voltsa da marca Digitale.	und	02		
008	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses das mangueiras odontológicas acopladas nas cadeiras odontológica marca Dentemed.	und	04		
009	Serviço de manutenção preventiva e	und	02		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CAMPUS MANAUS CENTRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

	corretiva no período de 12 (doze) meses na seladora de papel grau cirúrgico da marca Stermax.				
010	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses no compressor odontológico da marca Schulzl.	und	02		
011	Serviço de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses na cuba de ultrassom da marca Digital Ultrasoninc Cleaner.	und	02		